

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.369.772 - PE (2013/0050698-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGEA  
**RECORRENTE** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADO** : PEDRO JORGE SANTANA PEREIRA E OUTRO(S) - PE021801  
**RECORRIDO** : HÉLIO FERREIRA DA COSTA E OUTROS  
**ADVOGADO** : WENDELL SIQUEIRA FERRAZ E OUTRO(S) - PE000630

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGEA contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5ª Região).

Cuidam os autos, na origem, de ação anulatória proposta por EMGEA contra HÉLIO FERREIRA DA COSTA.

O il. Magistrado julgou improcedente o pedido (sentença às fls. 97/99).

Diante disso, EMGEA interpôs apelação, a qual foi desprovida pelo eg. TJ-nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 131):

*"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE MÚTUO. NULIDADE HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO JUDICIAL. VÍCIO DE CONSENTIMENTO NÃO DEMONSTRADO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 333, I, DO CPC. IMPROVIMENTO DO APELO.*

*1. Ação ordinária desafiada com o escopo de anular acordo homologado pelo Juízo da 12ª Vara Federal/PE nos autos do Processo nº 0008034-36.2008.4.05.8300, referente ao contrato de mútuo firmado entre o apelado e a CEF sob o fundamento de ter havido erro de consentimento por parte do agente financeiro.*

*2. O valor homologado para fins de resolução do contrato de mútuo foi apresentado aos recorridos pelo próprio agente financeiro (EMGEA/CEF) que, inclusive, teve acesso ao aludido contrato e ao processo em que se discutiam suas prestações antes mesmo da audiência de conciliação, o que entremostra que teve condições de elaborar com vagar a quantia ofertada.*

*3. Ausência de demonstração de suposto vício de consentimento, haja vista que a própria apelante apresentou ao juízo federal a relação, dos processos que poderiam ser objeto de acordo, incluindo neste rol o feito em questão, e bem assim a proposta ofertada aos mutuários como condição para extinção do contrato. In casu, não havendo sido demonstrado vício de consentimento, é de se manter a sentença que julgou improcedente o pleito para*

*anulação do acordo. Aplicação do artigo 333, I, do CPC. Precedentes desta Corte.*

*4. Apelação improvida."*

Inconformada, EMGEA manejou o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação do art. 535 do CPC/73 e do art. 143 do CC/02.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, invoca a recorrente a violação do art. 535 do CPC/73, pois o eg. TRF 5ª Região seria omissa quanto às alegações de enriquecimento ilícito do recorrido e autorização de débito em conta corrente. Ocorre que inexistente a mencionada ofensa, uma vez que o eg. Tribunal regional analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação. Nesse sentido, destacam-se:

*"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS RÉUS-EMBARGANTES.*

*(...)*

*2. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, à míngua de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.*

*(...)*

*6. Agravo interno desprovido."*

(AgInt no AREsp 362.110/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe de 23/03/2017 – g.n.)

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. Apreciação de todas as questões relevantes da lide pelo Tribunal de origem. Ausência de afronta ao art. 535 do CPC/1973 (correspondente ao art. 1.022 do CPC/2015). DECISÃO MANTIDA.*

*1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973, correspondente ao art.1.022 do CPC/2015, quando a Corte local pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.*

*2. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 988.556/MS, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe de 17/03/2017 – g.n.)

Outrossim, no apelo nobre que pretende trânsito, sustenta-se a violação do art. 143 do CC/02, ao argumento de que a recorrente teria incorrido em erro no acordo celebrado na "Semana Nacional de Conciliação" realizada pela Justiça Federal. Afirma que houve erro de cálculo, sendo permitida, portanto, a retificação da declaração de vontade. Isso porque, segundo relata, fora ofertado erroneamente o valor de liquidação de uma dívida total de R\$ 338.383,03 por um valor ínfimo de R\$ 48.380,17.

O eg. TRF 5ª Região, por seu turno, rechaçou a ocorrência de erro, pois o valor foi apresentado aos mutuários pelo agente financeiro, o qual teve prévio acesso ao contrato de mútuo e ao processo promovido pelos recorridos em que se discutia as prestações do financiamento. Afirma que os termos do acordo são claros e foram fixados pela própria recorrente. E, por fim, concluiu que o agente financeiro não se desincumbiu do seu ônus probatório, na forma do art. 333, inciso I, do CPC/73. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão objurgado (fls.127/128):

*"Não merece reforma a sentença vergastada., Explico.*

*Na hipótese não vislumbro a existência' de qualquer vício de consentimento hábil a ensejar o imediato reconhecimento da nulidade no acordo firmado entre a CEF, a EMGEA e os ora recorridos.*

*Ao que se observa da decisão de fls. 31, o valor homologado para fins de resolução da avença foi apresentado aos mutuários pelo próprio agente financeiro, que, inclusive, teve acesso ao contrato de mútuo referenciado e ao processo em que se discutiam suas prestações antes mesmo da audiência de conciliação, o que entremostra, a menos em princípio, que teve condições de elaborar com vagar a quantia ofertada.*

*Nessa toada, se a própria agravante cuidou de apresentar àquele juízo federal a relação dos processos que poderiam ser objeto de acordo, incluindo neste rol o feito em questão, e bem assim a proposta ofertada aos mutuários como condição para extinção do contrato, não poderia, no meu sentir, vir agora alegar vício de consentimento, já que é bastante claro o acordo, posteriormente homologado pelo juízo, ao estipular que mediante o pagamento de R\$ 48.380, 17 até o dia 30/12/2009, o contrato estaria definitivamente liquidado com todos os seus encargos, confira-se:*

(...)

***Não se desincumbido a CEF do ônus probante previsto no artigo 333, I, do CPC, não há como deixar de ratificar a sentença vergastada, que julgou improcedente o pleito patrocinado pela CEF.***" (g.n.)

No mesmo sentido, a sentença ainda acresceu o fundamento de que o recorrido havia sido vencedor na ação revisional, cuja sentença determinou a revisão do saldo devedor. Desse modo, entendeu-se que o mutuário não assinaria o acordo com valores vultosos, considerando as chances de obter êxito na manutenção da decisão proferida em 1ª instância. Para melhor elucidar essa conclusão, segue transcrição correlata da sentença (fl. 99):

***"Ressalte-se que o réu tinha sido vencedor na ação revisional, cuja sentença determinou a revisão de seu saldo devedor, razão pela qual seria razoável supor que não assinaria acordo com valores vultosos, já que suas chances eram grandes no sentido de manutenção da sentença, inclusive lastreada por perícia judicial. Ademais, para que a ação anulatória seja acolhida, os supostos vícios a macular a transação deveriam estar provados, ônus do qual não se desincumbiu a demandante. Cabe não deslembrar que, efetivada a transação de direitos disponíveis, sem qualquer indicio de vício em sua manifestação de vontade, consubstancia-se um ato jurídico perfeito e acabado, que obriga as partes contratantes e somente poderá ser desfeita mediante a utilização de procedimento ordinário de anulação, no qual reste comprovado o erro de consentimento, hipótese inócurren-te, na espécie".***

Dessa forma, verifica-se que o entendimento proferido pelo eg. Tribunal *a quo* baseou-se nos elementos probatórios dos autos, motivo pelo qual o apelo nobre esbarra na Súmula 7/STJ.

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI-STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator